

a) Omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante.

Assevera que, ao longo do processo, não houve omissões quanto aos critérios objetivos para atualização dos valores devidos à futura contratada, na hipótese de atrasos nos pagamentos e também quanto a eventual penalização da Administração Municipal.

b) Contratação de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro.

Afirma que incongruência entre o subitem 21.04 do edital e a cláusula 7ª da Minuta do Contrato (Anexo III).

c) Excesso de exigência de regularidade fiscal estadual.

d) Excesso do índice de endividamento.

Questiona a possibilidade de inabilitação da licitante que não atingir os índices exigidos na Cláusula IV, letra "d.1", do Anexo VIII – Documentos para Habilitação.

Entende que o índice de endividamento requisitado se encontra desatualizado.

e) Irregularidade na descrição dos produtos

Aponta possível indicação de marca para os itens "biscoito maisena" e "mucilon".

f) Questiona a descrição do objeto, afirmando que há dúvida se "o produto será fornecido pela Administração Municipal e apenas distribuído pela Contratada" executados "os gêneros alimentícios obtidos pela agricultura familiar".

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

1.4. A Prefeitura Municipal de Leme veio aos autos para apresentar suas justificativas às insurgenças postas (evento 12).

2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informações de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada, a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgenças e dúvidas que possui em face do ato convocatório.

2.2. Anoto que a Administração da Municipalidade trouxe aos autos os esclarecimentos sobre as críticas lançadas pela Representante.

Quanto à omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante, informa que na minuta do contrato, na cláusula 7.1 consta o reajustamento de preços e na cláusula 8.1, letra "g", há previsão dos critérios de atualização monetária.

Em relação à contradição de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, afirma que na cláusula 7.1 consta o reajuste "anual" e seus critérios e quanto a possibilidade de realinhamento de preços não necessita estar expressa no termo contratual, uma vez que não consta tal exigência no rol de cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

No que se refere ao excesso de exigência de regularidade fiscal estadual, assevera que a requisição encontra respaldo no artigo 29, III, da Lei nº 8.666/93 e que a comprovação exigida se limita ao ICMS.

Quanto ao excesso do índice de endividamento, informa que o grau de endividamento exigido se encontra de acordo com o ramo de atividade pertinente ao objeto em disputa.

Em relação à irregularidade na descrição dos produtos, afirma que o objeto licitado é para preparo e distribuição de merenda escolar e não de compra de gêneros alimentícios, sendo que as marcas citadas são referências para que a contratada entenda que tipo de alimento deve ser fornecido à crianças.

2.3. A No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

2.4. Diante do exposto, não restam, entre as razões e documentos trazidos pela Representante, elementos que justifiquem o exame da matéria no rito de Exame Prévio de Edital. INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço.

2.5. Todavia, considerando a competência constitucional desta Corte, e tendo em vista a relevância da contratação, em especial na situação atual de pandemia, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO o processamento do Expediente como REPRESENTAÇÃO ordinária.

Nessa conformidade, remetam-se os presentes autos ao órgão de fiscalização competente, a fim de realizar a instrução da matéria, notadamente quando houver a concretização da licitação e a formalização da ata de registro de preços.

Publique-se.

Expediente: TC-014453.989.21-2.

Representante: Convida Refeições Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Leme.

Responsáveis: Claudemir Aparecido Borges – Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

Valor estimado da contratação: R\$14.497.100,00.

Advogado cadastrado no E-TCESP: Não há.

Data da Sessão Pública: 06/07/2021, às 09:00 horas.

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação de CONVIDA REFEIÇÕES LTDA, contra Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

A sessão pública de processamento do Pregão está marcada para ocorrer no dia 06/07/2021, às 09:00 horas.

1.2. A representante, em linhas gerais, insurge-se contra a cláusula décima quarta, do Anexo III (Minuta de Contrato) do edital.

Afirma que "a ausência para subcontratação se dará apenas para a mão de obra. Sem aderência, a subcontratação do objeto principal da licitação, que será justamente o preparo e distribuição das refeições (mão de obra), a redação do texto deve as demais subcontratações".

E complementa informando que os serviços licitados "fogem a regra daquele que é atividade da empresa, ou seja, o preparo de refeições. Assim, a opção por contratar os serviços terceirizados além de mais segura, é mais econômica".

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informações de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada, a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgenças e dúvidas que possui em face do ato convocatório.

2.2. Anoto que a Administração da Municipalidade trouxe aos autos os esclarecimentos sobre as críticas lançadas pela Representante.

Quanto à omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante, informa que na minuta do contrato, na cláusula 7.1 consta o reajustamento de preços e na cláusula 8.1, letra "g", há previsão dos critérios de atualização monetária.

Em relação à contradição de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, afirma que na cláusula 7.1 consta o reajuste "anual" e seus critérios e quanto a possibilidade de realinhamento de preços não necessita estar expressa no termo contratual, uma vez que não consta tal exigência no rol de cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

No que se refere ao excesso de exigência de regularidade fiscal estadual, assevera que a requisição encontra respaldo no artigo 29, III, da Lei nº 8.666/93 e que a comprovação exigida se limita ao ICMS.

Quanto ao excesso do índice de endividamento, informa que o grau de endividamento exigido se encontra de acordo com o ramo de atividade pertinente ao objeto em disputa.

Em relação à irregularidade na descrição dos produtos, afirma que o objeto licitado é para preparo e distribuição de merenda escolar e não de compra de gêneros alimentícios, sendo que as marcas citadas são referências para que a contratada entenda que tipo de alimento deve ser fornecido à crianças.

2.3. A No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

2.4. Diante do exposto, não restam, entre as razões e documentos trazidos pela Representante, elementos que justifiquem o exame da matéria no rito de Exame Prévio de Edital. INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço.

2.5. Todavia, considerando a competência constitucional desta Corte, e tendo em vista a relevância da contratação, em especial na situação atual de pandemia, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO o processamento do Expediente como REPRESENTAÇÃO ordinária.

Nessa conformidade, remetam-se os presentes autos ao órgão de fiscalização competente, a fim de realizar a instrução da matéria, notadamente quando houver a concretização da licitação e a formalização da ata de registro de preços.

Publique-se.

Expediente: TC-014453.989.21-2.

Representante: Convida Refeições Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Leme.

Responsáveis: Claudemir Aparecido Borges – Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

Valor estimado da contratação: R\$14.497.100,00.

Advogado cadastrado no E-TCESP: Não há.

Data da Sessão Pública: 06/07/2021, às 09:00 horas.

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação de CONVIDA REFEIÇÕES LTDA, contra Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

A sessão pública de processamento do Pregão está marcada para ocorrer no dia 06/07/2021, às 09:00 horas.

1.2. A representante, em linhas gerais, insurge-se contra a cláusula décima quarta, do Anexo III (Minuta de Contrato) do edital.

Afirma que "a ausência para subcontratação se dará apenas para a mão de obra. Sem aderência, a subcontratação do objeto principal da licitação, que será justamente o preparo e distribuição das refeições (mão de obra), a redação do texto deve as demais subcontratações".

E complementa informando que os serviços licitados "fogem a regra daquele que é atividade da empresa, ou seja, o preparo de refeições. Assim, a opção por contratar os serviços terceirizados além de mais segura, é mais econômica".

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informações de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada, a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgenças e dúvidas que possui em face do ato convocatório.

2.2. Anoto que a Administração da Municipalidade trouxe aos autos os esclarecimentos sobre as críticas lançadas pela Representante.

Quanto à omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante, informa que na minuta do contrato, na cláusula 7.1 consta o reajustamento de preços e na cláusula 8.1, letra "g", há previsão dos critérios de atualização monetária.

Em relação à contradição de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, afirma que na cláusula 7.1 consta o reajuste "anual" e seus critérios e quanto a possibilidade de realinhamento de preços não necessita estar expressa no termo contratual, uma vez que não consta tal exigência no rol de cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

No que se refere ao excesso de exigência de regularidade fiscal estadual, assevera que a requisição encontra respaldo no artigo 29, III, da Lei nº 8.666/93 e que a comprovação exigida se limita ao ICMS.

Quanto ao excesso do índice de endividamento, informa que o grau de endividamento exigido se encontra de acordo com o ramo de atividade pertinente ao objeto em disputa.

Em relação à irregularidade na descrição dos produtos, afirma que o objeto licitado é para preparo e distribuição de merenda escolar e não de compra de gêneros alimentícios, sendo que as marcas citadas são referências para que a contratada entenda que tipo de alimento deve ser fornecido à crianças.

2.3. A No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

2.4. Diante do exposto, não restam, entre as razões e documentos trazidos pela Representante, elementos que justifiquem o exame da matéria no rito de Exame Prévio de Edital. INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço.

2.5. Todavia, considerando a competência constitucional desta Corte, e tendo em vista a relevância da contratação, em especial na situação atual de pandemia, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO o processamento do Expediente como REPRESENTAÇÃO ordinária.

Nessa conformidade, remetam-se os presentes autos ao órgão de fiscalização competente, a fim de realizar a instrução da matéria, notadamente quando houver a concretização da licitação e a formalização da ata de registro de preços.

Publique-se.

Expediente: TC-014453.989.21-2.

Representante: Convida Refeições Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Leme.

Responsáveis: Claudemir Aparecido Borges – Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

Valor estimado da contratação: R\$14.497.100,00.

Advogado cadastrado no E-TCESP: Não há.

Data da Sessão Pública: 06/07/2021, às 09:00 horas.

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação de CONVIDA REFEIÇÕES LTDA, contra Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

A sessão pública de processamento do Pregão está marcada para ocorrer no dia 06/07/2021, às 09:00 horas.

1.2. A representante, em linhas gerais, insurge-se contra a cláusula décima quarta, do Anexo III (Minuta de Contrato) do edital.

Afirma que "a ausência para subcontratação se dará apenas para a mão de obra. Sem aderência, a subcontratação do objeto principal da licitação, que será justamente o preparo e distribuição das refeições (mão de obra), a redação do texto deve as demais subcontratações".

E complementa informando que os serviços licitados "fogem a regra daquele que é atividade da empresa, ou seja, o preparo de refeições. Assim, a opção por contratar os serviços terceirizados além de mais segura, é mais econômica".

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informações de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada, a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgenças e dúvidas que possui em face do ato convocatório.

2.2. Anoto que a Administração da Municipalidade trouxe aos autos os esclarecimentos sobre as críticas lançadas pela Representante.

Quanto à omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante, informa que na minuta do contrato, na cláusula 7.1 consta o reajustamento de preços e na cláusula 8.1, letra "g", há previsão dos critérios de atualização monetária.

Em relação à contradição de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, afirma que na cláusula 7.1 consta o reajuste "anual" e seus critérios e quanto a possibilidade de realinhamento de preços não necessita estar expressa no termo contratual, uma vez que não consta tal exigência no rol de cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

No que se refere ao excesso de exigência de regularidade fiscal estadual, assevera que a requisição encontra respaldo no artigo 29, III, da Lei nº 8.666/93 e que a comprovação exigida se limita ao ICMS.

Quanto ao excesso do índice de endividamento, informa que o grau de endividamento exigido se encontra de acordo com o ramo de atividade pertinente ao objeto em disputa.

Em relação à irregularidade na descrição dos produtos, afirma que o objeto licitado é para preparo e distribuição de merenda escolar e não de compra de gêneros alimentícios, sendo que as marcas citadas são referências para que a contratada entenda que tipo de alimento deve ser fornecido à crianças.

2.3. A No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

2.4. Diante do exposto, não restam, entre as razões e documentos trazidos pela Representante, elementos que justifiquem o exame da matéria no rito de Exame Prévio de Edital. INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço.

2.5. Todavia, considerando a competência constitucional desta Corte, e tendo em vista a relevância da contratação, em especial na situação atual de pandemia, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO o processamento do Expediente como REPRESENTAÇÃO ordinária.

Nessa conformidade, remetam-se os presentes autos ao órgão de fiscalização competente, a fim de realizar a instrução da matéria, notadamente quando houver a concretização da licitação e a formalização da ata de registro de preços.

Publique-se.

Expediente: TC-014453.989.21-2.

Representante: Convida Refeições Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Leme.

Responsáveis: Claudemir Aparecido Borges – Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

Valor estimado da contratação: R\$14.497.100,00.

Advogado cadastrado no E-TCESP: Não há.

Data da Sessão Pública: 06/07/2021, às 09:00 horas.

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação de CONVIDA REFEIÇÕES LTDA, contra Edital do Pregão Presencial nº 035/2021, Processo Administrativo nº 137/2021, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME, tendo por objeto a contratação dos serviços de preparo, armazenamento, distribuição nos locais de consumo, logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, com emprego da mão de obra e treinamento do pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios (exceto os adquiridos através da agricultura familiar, conforme previsão na Lei nº 11.947/2009), e demais insumos utilizados para atendimento dos programas municipais de alimentação (merenda escolar).

A sessão pública de processamento do Pregão está marcada para ocorrer no dia 06/07/2021, às 09:00 horas.

1.2. A representante, em linhas gerais, insurge-se contra a cláusula décima quarta, do Anexo III (Minuta de Contrato) do edital.

Afirma que "a ausência para subcontratação se dará apenas para a mão de obra. Sem aderência, a subcontratação do objeto principal da licitação, que será justamente o preparo e distribuição das refeições (mão de obra), a redação do texto deve as demais subcontratações".

E complementa informando que os serviços licitados "fogem a regra daquele que é atividade da empresa, ou seja, o preparo de refeições. Assim, a opção por contratar os serviços terceirizados além de mais segura, é mais econômica".

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informações de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada, a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgenças e dúvidas que possui em face do ato convocatório.

2.2. Anoto que a Administração da Municipalidade trouxe aos autos os esclarecimentos sobre as críticas lançadas pela Representante.

Quanto à omissão de critérios objetivos para atualização financeira e penalização aplicada à contratante, informa que na minuta do contrato, na cláusula 7.1 consta o reajustamento de preços e na cláusula 8.1, letra "g", há previsão dos critérios de atualização monetária.

Em relação à contradição de previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, afirma que na cláusula 7.1 consta o reajuste "anual" e seus critérios e quanto a possibilidade de realinhamento de preços não necessita estar expressa no termo contratual, uma vez que não consta tal exigência no rol de cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

No que se refere ao excesso de exigência de regularidade fiscal estadual, assevera que a requisição encontra respaldo no artigo 29, III, da Lei nº 8.666/93 e que a comprovação exigida se limita ao ICMS.

Quanto ao excesso do índice de endividamento, informa que o grau de endividamento exigido se encontra de acordo com o ramo de atividade pertinente ao objeto em disputa.

Em relação à irregularidade na descrição dos produtos, afirma que o objeto licitado é para preparo e distribuição de merenda escolar e não de compra de gêneros alimentícios, sendo que as marcas citadas são referências para que a contratada entenda que tipo de alimento deve ser fornecido à crianças.

2.3. A No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

2.4. Diante do exposto, não restam, entre as razões e documentos trazidos pela Representante, elementos que justifiquem o exame da matéria no rito de Exame Prévio de Edital. INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço.

2.5. Todavia, considerando a competência constitucional desta Corte, e tendo em vista a relevância da contratação, em especial na situação atual de pandemia, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO o processamento do Expediente como REPRESENTAÇÃO ordinária.

Nessa conformidade, remetam-se os presentes autos ao órgão de fiscalização competente, a fim de realizar a instrução da matéria, notadamente quando houver a concretização da licitação e a formalização da ata de registro de preços.

Publique-se.

Expediente: TC-014453.989.21-2.

Representante: Convida Refeições Ltda.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO LEANDRO STANISLAU BERALDO

Processo: TC- 014093.989.21-8. Representante: Fabio Leao Sanches Martins de Gregório. Representada: Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba - URBS. Assunto: Exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 141/2021, do tipo maior oferta, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de depósito (guarda), operação e gestão de pátios, com estrutura de transporte (guinchos) para remoção e coleta de veículos automotores apreendidos em razão do cometimento de infração de trânsito e/ou abandonados nas vias e logradouros públicos de circunscrição e competência da URBS". Responsável: Luiz Carlos Siqueira Franchim (Diretor Presidente). Advogados cadastrados no e-TCESP: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Defiro o pedido de prorrogação de prazo por mais 05 (cinco) dias, a contar da publicação, para apresentar justificativas. Publique-se.

Expediente: TC-014471.989.21-0. Representante: Proposta Engenharia Ambiental Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Boituva. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital da tomada de preços nº 03/2021, do tipo menor preço, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de diagnóstico e dos estudos e documentos necessários à estruturação de projeto de concessão para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos". Responsável: Edson José Marcusso (Prefeito). Subscritor do edital: Rafael Góes Biscaro (Secretário de Obras e Serviços Municipais). Sessão de abertura: 06-07-2021, às 10h05min. Advogados cadastrados no e-TCESP: Não constam advogados cadastrados no e-TCESP.

1. PROPOSTA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio da tomada de preços nº 03/2021, do tipo menor preço, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de diagnóstico e dos estudos e documentos necessários à estruturação de projeto de concessão para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos".

2. Insurge-se a Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

a) Existência de capacitação técnica em "limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos", o que ultrapassa as parcelas de maior relevância e viola o artigo 30, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Inedida vedação à participação de empresas reunidas em consórcio;

c) Ilegal requisição de prévio cadastro para participação no certame, sem possibilidade de complementação ou regularização faltante;

d) Estimativa de custos baseada em valores de horas técnicas, com apenas uma fonte, sem pesquisa de preço com ajustes similares.

Requer, por esses motivos, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recorro que incumbe aos tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.

Também lhe compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhe forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, entendo que a requisição de que as licitantes possuam experiência em atividades relacionadas à "limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos" mostra-se condizente com o objeto licitado, não sendo possível, na hipótese, que a expertise a ser apresentada seja genérica, pois não atenderia ao fim a que se destina o ajuste, que envolve a elaboração de diagnósticos exatamente de tais serviços, com todos os pressupostos decorrentes das Diretrizes da Lei de Saneamento Básico e as importantes alterações traçadas pela Lei Federal nº 14.026/2020.

5. Outrossim, rememoro que esta Corte, em reiteradas oportunidades, já se posicionou no sentido de que a possibilidade de vedação à participação de empresas reunidas em consórcio é prerrogativa que se insere no âmbito do exercício da competência discricionária do Administrador.

Esse é o assente entendimento da Casa, a exemplo dos TC-06204.989.18-05 e TC-00907.989.18-06, ambos de minha relatoria.

6. Noto, ainda, que as disposições do edital quanto ao cadastramento prévio das licitantes encontram-se em conformidade com a modalidade licitatória adotada — tomada de preços, tendo sido permitida a participação tanto de empresas previamente cadastradas como daqueles não cadastrados (subsitem 5.1.2), nos exatos termos do que preceitua o artigo 22, §§ 2º e 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

A previsão contida no item 8.4 apenas estabelece a inabilitação das licitantes que, ao longo do procedimento, tiverem, por alguma irregularidade, seu cadastramento indeferido, não constituindo alteração da fase de habilitação.

7. Por fim, observo que a estimativa de preços e horas dos profissionais técnicos envolvidos baseia-se em tabelas oficiais das atividades envolvidas, nomeadamente OAB, COFECON, SINAPI, ou, ainda, para atividades menores, em pesquisas realizadas em empresas do ramo (Catho Consultoria e Localiza).

Não foram apresentados pela Representante quais valores orçados não estariam condizentes com os preços praticados no mercado, sendo genéricas suas alegações a esse respeito.

Impende considerar que a presente representação, cuja análise perfunctória se restringe às questões de caráter eminentemente restritivo à ampla participação no certame, a fim de assegurar o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, não cabe o escrutinio de demandas que fuja a esta avaliação preliminar ou que requeiram rama de investigação e produção de provas.

Nesta esteira, considerando que o assunto ora apresentado não ostenta, a princípio, restrição à competitividade, a questão poderá ser mais bem analisada quando da instrução ordinária da eventual averbação a ser formalizada.

8. Posto isto, circunscreio exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

9. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCSP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderão ser obtidas no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente. Publique-se.

11.1.1.4. Qualificação Técnica

11.1.4.1. Certidão de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da sede do licitante, no prazo de sua validade.

11.1.4.2. Capacidade Técnica - Operacional

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. (s) atestado(s) deverão ser necessariamente em nome da licitante emiti(nda), pelo contratante titular, devidamente registrado(s) no Sistema CREA/CONFEA/CAU, em um ou mais contratos, simultâneos ou não, comprovando sua experiência na execução dos serviços, com características de complexidade, objeto e escopo similares ao objeto desta licitação, conforme segue:

• Elaboração ou revisão de Plano de Resíduos Sólidos Municipais;

• Definição de modelos para sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

• Elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para contratação de concessão de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;

• Desenvolvimento de elementos técnicos para assessoramento na elaboração, pela Administração, dos termos de referência de licitação para a contratação de concessão de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;

• Preparação de audiência pública relacionada à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

11.1.4.3. Profissional:

a) Atestado(s) de capacidade técnica profissional, com apresentação de CAT (certidão de acervo técnico), conforme Súmula 23 do TCSP e vínculo profissional. Consideradas as parcelas do objeto de maior relevância como segue:

• Elaboração ou revisão de Plano de Resíduos Sólidos Municipais;

• Definição de modelos para sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

• Elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para contratação de concessão de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;

• Desenvolvimento de elementos técnicos para assessoramento na elaboração, pela Administração, dos termos de referência de licitação para a contratação de concessão de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;

• Preparação de audiência pública relacionada à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

b) A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabiliza tecnicamente pela execução dos serviços.

2.5.3. Não será permitida a participação:

3.1.2. De Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.1.3. Poderão participar do certame, empresas comerciais cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação, inscritas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município de Boituva, cujo certificado esteja em vigor, assim como os documentos abaixo elencados.

5.1.2 - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDOR - As empresas não cadastradas poderão participar da licitação desde que apresentem a documentação que comprove o atendimento ao disposto nos artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, junto à Prefeitura do Município de Boituva, para emissão do certificado de registro cadastral. (site: <https://www.boituva.sp.gov.br/>).

8.4.5. Se o cadastramento vier a ser indeferido, a licitante será imediatamente considerada inabilitada, qualquer que seja a fase em que se encontre o procedimento licitatório.

5 Sessão Plenária de 11-04-18.

6 Sessão Plenária de 21-03-18.

Expediente: TC-014456.989.21-9. Representante: Flash

Prestação de Serviços Eireli. Representada: Prefeitura Municipal de Jareti. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 99/2021, do tipo menor preço por item, que tem por objeto o "registro de preços para fornecimento de mesa digital interativa". Responsável: Izaias José de Santana (Prefeito). Subscritora do edital: Maria Thereza Ferreira Cyrino (Secretária Municipal de Educação). Sessão de abertura: 06-07-2021, às 09h00min. Advogados cadastrados no e-TCESP: Renato Ratti (OAB/SP nº 198.081), Moysa Gabriela Baptista Braga Fernandes (OAB/SP nº 200.484), Camilla Maria Leite de Oliveira (OAB/SP nº 217.118), Rafael Anjos de Figueiredo Rocha (OAB/SP nº 280.820), André Flávio de Oliveira (OAB/SP nº 291.841), Lucas Aguiar Pereira (OAB/SP nº 380.036), Cristiano Silvestre Pinto (OAB/SP nº 396.995).

1. FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do pregão eletrônico nº 99/2021, do tipo menor preço por item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JARETI, que tem por objeto o "registro de preços para fornecimento de mesa digital interativa, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I".

2. Inicialmente, a Representante assevera que a descrição das mesas digitais é sucinta, pois deixa de impor que o produto esteja em conformidade com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), bem como por não fazer distinção de faixa etária para os jogos e atividades ludo-pedagógicas, eis que serão utilizadas por crianças entre 02 a 10 anos.

Por outro lado, aduz haver solicitação de características desnecessárias, como o tamanho da tela (21 polegadas) e dimensões do gabinete (88x64x56cm), além da falta de justificativas para que as atividades também estejam disponíveis na língua espanhola, afora a inglesa.

Sustenta, ainda, que o "valor unitário estimado em R\$ 17.433,33, além de EXORBITANTE não condiz com a inferioridade na qualidade do produto ofertado", estando este montante, a seu ver, superfluo.

Requer, por esses motivos, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.

Também lhe compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhe forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, recorro que cabe à Administração, no exercício de sua competência discricionária e na busca da aquisição de produtos de qualidade, indicar as especificações desejadas, limitadas às qualidades mínimas necessárias para identificar o produto ou serviço, de forma a facilitar sua busca no mercado e garantir a competitividade do certame.

Nesta esteira, noto que as características solicitadas para o objeto licitado se mantiveram no essencial para sua identificação, inclusive fazendo referência à aludida BNCC ao descrever a natureza das atividades, indicando que tanto as mesmas interativas quanto as temas nela abordados devem seguir as normas governamentais, não prosperando a queixa neste aspecto.

Ademais, o edital informa que o produto se destina a crianças entre idade de 02 a 10 anos, que presumivelmente utilizarão os equipamentos, sendo pertinente que os temas adequados para cada uma destas faixas etárias estejam nelas instalados.

Entendo, outrossim, que a opção por atividades em língua espanhola, afora a inglesa, insere-se no exercício da competência discricionária do Administrador, não havendo, nesta análise perfunctória, própria do rito de exame prévio, qualquer motivo que desabonasse a escolha.

Por fim, a Representante deixa de apresentar elementos concretos (impressos, folders, prospectos com informações etc.) que comprovassem que os atributos exigidos para a tela e o gabinete não são usuais no mercado ou que não possam ser atendidos pela maioria das empresas do ramo, podendo, com isso, causar alguma restrição à participação de interessados.

Assim, considerando a impossibilidade de se promover ete de investigação e produção de provas no rito sumário do exame prévio do edital, há de se presumir, ao menos por ora, ser legítimo o ato administrativo, não cabendo fulminá-lo por conta de inquestionável existência de manifesta ilegalidade ou indícios concretos de restrição à participação de interessados.

5. Outrossim, a simples alegação genérica de superfaturamento na estimativa do produto, sem que sejam colacionados elementos concretos, não é capaz, por se, de incitar esta Corte de Contas à paralisação da disputa, ponderada a importância do aparato administrativo e de recursos públicos. A licitação apenas deve ser obstada diante de indícios concretos de restrição à concorrência ou de manifesta ilegalidade.

Deste modo, considero que a queixa poderá ser mais bem analisada quando da instrução ordinária da eventual averbação a ser formalizada.

8. Posto isto, circunscreio exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame.

Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

7. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCSP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderão ser obtidas no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1. Ferramenta educacional, para crianças de 2 a 10 anos utilizarem na sala de aula e/ou em recreio, que deverão ser novos e de primeiro uso nas seguintes características: Mesa Digital Interativa Touchscreen Interface de Tela "Tela touch screen, multitoque de 21 polegadas; "Resolução Full HD (1920x1080), ângulo de visão 160º para todas as direções (IPS), sensibilidade pelo toque de canetas, próteses, dedos, pinçeis e outros objetos não transparentes; "Monitor com proteção de vidro especial para suportar peso superior a 50 kg; "Entrada de dados própria tipo touchscreen (sensível ao toque), multitoque, multitouchscreen, sensível a qualquer objeto não transparente ou de espessura fina; Unidade de Processamento "Embutida no interior do tablet com processamento a partir de Dual Core 2.41GHz, memória RAM 4GB e disco SSD 120GB; Interfaces e Acessos "Alt falantes estéreo; "Conexão USB; "Conexão Wireless; "Conexão para fone de ouvido; "Conexão para microfone; "Conexão Bluetooth; "Botão liga e desliga; "Conexão HDMI ou VGA; R-45, Cores Sólidas com opção de misturar as cores básicas; "AMARELO, AZUL, LARANJA, VERDE, VERMELHO; Gabinete Acabamento "Dimensões (cm) 88x64x56 "Estrutura em Polietileno atóxico; "Sem arestas, pontas ouquinas, cantos arredondados; "Sem itens de fixação, como parafusos, na área visível de uso; "Isolamento elétrico, componentes eletrônicos internos isolados; "Refrigeração interna através de coolers; "Resistentes a choques, vibrações e ríscas; "Resistente à água (não imerso); "Monitor resistente à pressão superior a 50kg; "Estrutura resistente à pressão superior a 100kg; Energia "110/220V/Bivolt automático Atividades "Deverá vir de fábrica com no mínimo 150 atividades ludo-pedagógicas divididas por diversos níveis, formas de abordagem e adaptáveis para várias línguas (Português, Inglês, Espanhol e muitas outras) criando uma combinação incansável para as crianças. "Abordagem com narração das premissas, utilização da língua proposta e trilhas sonoras intermentam a experiência. "Permite atualização automática, ilimitada e gratuita. "Entre os temas das atividades pré-instaladas deverão abordar os temas: Alfabetização, Libras, Línguas, Ciências, Matemática, Geografia, História, Ilustração e Cores, Memória, Coordenação Motora, Percepção Visual, Raciocínio Lógico, abrangendo a faixa etária, a partir de 2 anos até 10 anos, aderindo a BNCC; "Compatível com Windows, Linux, Android.

Expediente: TC-014574.989.21-7. Representante: Lass Máquinas e Equipamentos Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 22/21, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a "aquisição de máquinas, máquinas e equipamentos, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, abastecimento, Meio Ambiente e Obras, do município". Responsável: João Fernando Galvão Dias (Prefeito). Subscritor do edital: Gilberto Tobias Domingues (Secretário Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras). Sessão de abertura: 06-07-21, às 09h05min. Advogada cadastrada no e-TCESP: Ana Lucia Flora dos Reis Cassandre (OAB/SP nº 216.263).

1. LASS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 22/21, do tipo menor preço por item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO, que tem por objeto a "aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras, do município".

2. Insurge-se a Representante, unicamente, contra o excesso de especificações técnicas para a linha camreadeira, eis que as especificações de que o equipamento almeja possuir, a capacidade mínima de carga de 750 kg e máxima de 890 kg; "a partir de capacidade técnica de no mínimo 03 empresas com filiais no estado" e "motor do mesmo fabricante ou do grupo do mesmo fabricante", a seu ver, carecem de justificativas técnicas e limitam, com isso, a "participação de empresas interessadas em apresentar proposta neste certame, prejudicando o interesse público".

Recorda, sobre o assunto, que semelhantes insinuações por parte da Representante foram julgadas improcedentes por Tribunal.

Requer, por essas razões, a suspensão do certame e a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Considerando que o processo licitatório se presta à garantia da observância do princípio constitucional da isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa, regras que não se aplicam à licitação, não cabe a intervenção da Administração na elaboração de propostas desde que não sejam esclarecidas, previamente à realização do certame, evitando sobrevida de eventual elemento prejudicial à competitividade.

Na hipótese, o estabelecimento de excessivas especificações técnicas para o produto almejado no certame (minicamreadeira), a priori, não se harmoniza com o artigo 3º, II, da Lei nº 10.520/02, o qual veda, veementemente, descrições do objeto que não sejam essenciais, indispensáveis ou desnecessárias, frustrem o caráter competitivo do certame.

É o quanto basta para concluir, em exame prévio e de cognição não plena, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade desejadas, suficiente para a concessão

da providência cautelar, a permitir sejam bem esclarecidas, durante a instrução, todas as questões ora suscitadas.

Considerando que a entrega das propostas está designada para o dia 06-07-21, às 09h05min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTENHA-SE DA ADOÇÃO DE QUAISQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE.

5. Notifique-se o Prefeito para que encaminhe a este Tribunal, em 48 horas, a conta da publicação na imprensa oficial, as razões de defesa que entender pertinentes, acompanhadas do inteiro teor do edital, informações sobre publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado à impugnações ou recursos administrativos que possam ter sido intentados.

Não querendo apresentar o inteiro teor do instrumento convocatório, poderá a autoridade certificar que o apresentado pela Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original, que deverá ser suficiente para o exame previsto na forma da lei.

Oportunamente advertir que o descumprimento desta determinação sujeitará o responsável, acima identificado, à punição pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Em caso de superveniente desconstituição do certame, mediante revogação ou anulação do edital, o ato deverá ser comunicado a esta Corte, com a devida comprovação de sua publicidade na Imprensa Oficial ou local.

Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderão ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Submetam-se os autos a julgamento, na primeira oportunidade, para referendo do E. Plenário, nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno.

Findo o prazo para o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhem-se os autos à ATJ para manifestação e dê-se vista ao DD. Ministério Público de Contas, retornando-se por SDG.

Ultimada a instrução processual, remetam-se os autos ao E. Plenário.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1-1-DO OBJETO

ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS DO OBJETO.

1.1.1.1. MINICAMREADER 49 HP - Motor a diesel, 04 cilindros, potência mínima de 49 HP e máximo 63 HP, capacidade mínima de 68 polegadas, capacidade mínima de carga 750 kg e máximo 890 kg, ar condicionado, entrada única frontal da cabine, com grades laterais Rops e Fops, tração 4x4, bomba hidráulica com auxiliar para equipamentos, carta de capacidade técnica de no mínimo de 03 empresas com 03 filiais no estado, garantia de no mínimo de 02 anos ou 2000 horas, ISO 9001 e 14001, prazo de entrega 180 dias, acompanhando o catálogo original de fábrica do maquinário ofertado para o representante da prefeitura possa comprovar as especificações solicitadas, as revisões serão realizadas na Secretaria Municipal de Agropecuária, Obras e Meio Ambiente.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS.

PROCESSO: 0000695.989.20-7. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRO CORRENTE. INTERESSADO(A): ANA LOURINETE COSTA LOBO MONTANHER. ASSUNTO: Contas de Prefeitura. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-17. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00000652.989.21-1, 00007289.989.21-2.

Fica a Sra. Prefeita Municipal NOTIFICADA para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização (ev. 17), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDA de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Após, retomem os autos à Unidade Regional de Ituverava - UR-17 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00003156.989.20-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA. ADVOGADO: LUCAS GONCALVES SALOME (OAB/SP 239.633) / NAUMER ALBERT TRESSOLD DE SA (OAB/SP 239.654). INTERESSADO(A): RICARDO EVANGELO DE LIMA. ASSUNTO: Contas de Prefeitura. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00013643.989.20-5.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA requer dilatação de prazo, por 30 dias, para manifestar-se(ev. 89).

Defiro 15 dias.

Os efeitos desta decisão estendem-se a RICARDO EVANGELO DE LIMA.

Publique-se e agrade-se.

PROCESSO: 00014977.989.18-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). ADVOGADO: AMARO FRANCO NETO (OAB/SP 267.987). CONTRATADO(A): MEDGROU BUSCH SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 12.505.164/0001-00). ADVOGADO: FLAVIO LUIS BRANCO BARATA (OAB/SP 126.018). INTERESSADO(A): PEDRO FRANCO DE OLIVEIRA (CPF 166.036.278-41). ASSUNTO: Termo de contrato nº 09, de 06/04/2015, oriundo do Processo 311/2015, Pregão Presencial nº 08/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atendimento de urgência e emergência no pronto atendimento Municipal de Engenheiro Coelho e ambulatório de especialidades, especificamente nas especialidades de clínica geral, pediatria, ginecologia, obstetrícia, oftalmologia e neurologia clínica, observadas as especificações constantes do Termo de Referência que integra o edital. EXERCÍCIO: 2015. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00015136.989.18-3, 00015142.989.18-5, 00015146.989.18-1, 0001549.989.18-8, 00014229.989.19-9, RECUSAS(AO) (ES) VINCLADOS: 000119888.989.19-4.

PROCESSO: 00015142.989.18-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). ADVOGADO: AMARO FRANCO NETO (OAB/SP 267.987). CONTRATADO(A): MEDGROU BUSCH SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 12.505.164/0001-00). ADVOGADO: FLAVIO LUIS BRANCO BARATA (OAB/SP 126.018). INTERESSADO(A): PEDRO FRANCO DE OLIVEIRA (CPF 166.036.278-41). ASSUNTO: 1º Termo de Aditamento do Contrato nº 09/2015, cujo objeto consiste na contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atendimento de urgência e emergência no pronto atendimento Municipal de Engenheiro Coelho e ambulatório de especialidades, especificamente nas especialidades de clínica geral, pediatria, ginecologia, obstetrícia, oftalmologia e neurologia clínica, observadas as especificações constantes do Termo de Referência que integra o edital. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 14977.989.18-5.

PROCESSO: 00015146.989.18-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). ADVOGADO: AMARO FRANCO NETO (OAB/SP 267.987). CONTRATADO(A): MEDGROU BUSCH SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 12.505.164/0001-00). ADVOGADO: FLAVIO LUIS BRANCO BARATA (OAB/SP 126.018). INTERESSADO(A): PEDRO FRANCO DE OLIVEIRA (CPF 166.036.278-41). ASSUNTO: 2º Termo de Aditamento do Contrato nº 09/2015, cujo objeto consiste na contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atendimento de urgência e emergência no pronto atendimento Municipal de Engenheiro Coelho e ambulatório de especialidades, especificamente nas especialidades de clínica geral, pediatria, ginecologia, obstetrícia, oftalmologia e neurologia clínica, observadas as especificações constantes do Termo de Referência que integra o edital. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 14977.989.18-5.